



## O AUTISMO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS: REVISÃO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Márcia Tavares

*Universidade Federal de Campina Grande*

[tavares.ufcg@gmail.com](mailto:tavares.ufcg@gmail.com)

Pavula Maria Sales Nascimento

*Universidade Federal de Campina Grande*

[pavulamaria@yahoo.com.br](mailto:pavulamaria@yahoo.com.br)

**Resumo:** Os primeiros estudos sobre o autismo foram desenvolvidos pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner, em 1943, que identificou um padrão comum descrito como “um distúrbio afetivo de contato”. Em 1944, o austríaco Hans Asperger descreveu o estudo de um grupo de quatro crianças com dificuldades de integração social, e, embora, esses não apresentassem atraso na aquisição da linguagem, essa se dava de maneira diversa, com um vocabulário muito peculiar, limitação de expressões faciais e presença de movimentos estereotipados, mas, sem prejuízos das competências cognitivas. Esses estudos permaneceram pouco divulgados até 1979, Lorna Wing e Judith Gould introduziram o conceito de “Espectro do Autismo”, que reúne as variações dentro de uma escala de casos mais leves e/ou atípicos até os casos mais graves e típicos. Desde Kanner, em 1943, até os dias atuais muitos estudos tem contribuído para o desenvolvimento de cuidados e o acompanhamento terapêutico para os indivíduos dentro do TEA. Nesse artigo propomos uma revisão bibliográfica sobre o que preconizam os documentos oficiais sobre as práticas educativas que acompanharam não apenas o aumento do contingente de indivíduos com autismo, mas, além disso, as mudanças infligidas pelas leis de inclusão e, principalmente, pela mudança de paradigma no espaço educacional. A discussão dessa prática de inclusão do aluno com autismo torna-se fundamental para os professores em formação, para os professores em atuação e para a comunidade que constrói a escola de maneira geral. Uma vez que, cada vez mais alunos com autismo estão iniciando suas vidas acadêmicas e precisam que os profissionais que os recebem tenham conceitos e formação adequada. Tomamos como objeto de análise os textos das *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo* (2013) e *Documento subsidiário à política de inclusão* (2005), e *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo* (2004). Nos fundamentamos em Donvan e Zucker (2016) para discussão sobre o percurso histórico das práticas educativas para o espectro autista, Surian, 2010 e Bandin (2011) sobre avaliação e definição do critérios de diagnóstico que permeiam os documentos oficiais.

**Palavras-chave:** Autismo. Práticas educativas. Documentos oficiais. Paradigma Inclusivo.